

Sumário

Capítulo I – As atividades econômicas	1
Capítulo II – As atividades econômicas em face de nossa Constituição Federal.....	5
1. Conceito de atividade e suas diferentes circunstâncias normativas no âmbito do direito constitucional. O trabalho humano, entendido como toda atividade humana voltada para a transformação da natureza, com o objetivo de satisfazer uma necessidade	5
2. As atividades e sua vinculação aos princípios fundamentais da Carta Magna	11
2.1. As atividades e sua vinculação aos princípios fundamentais da Carta Magna: a Soberania.....	13
2.1.1. A soberania nacional em face do Princípio da Independência Nacional: o direito à autodeterminação do povo brasileiro estabelecido por nossa Constituição Federal	20
2.1.2. A soberania como poder que emana do povo e sua efetividade: o princípio da legalidade.....	24
2.2. As atividades e sua vinculação aos princípios fundamentais da Carta Magna: a Dignidade da Pessoa Humana.....	26
2.2.1. Conceito possível de pessoa humana	26
2.3. As atividades e sua vinculação aos princípios fundamentais da Carta Magna: Os Valores Sociais do Trabalho e da Livre Iniciativa	33
2.3.1 Direito social, função social e valores sociais	33

2.3.2. Os valores sociais e a função social no plano constitucional brasileiro: os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa estruturando a interpretação dos dispositivos constitucionais bem como os princípios gerais da ordem econômica.....	43
2.4. As atividades e sua vinculação aos princípios fundamentais da Carta Magna: a Garantia do Desenvolvimento Nacional e a Erradicação da Pobreza.....	52
2.5. As atividades e sua vinculação aos princípios fundamentais de nossa Carta Magna: a Redução das Desigualdades Sociais e Regionais.....	69
3. As atividades em face dos Principios Gerais da Atividade Economica no âmbito de nossa Constituição Federal.....	74
3.1. A ordem econômica nas Constituições Pretéritas.....	75
3.1.1. A Constituição de 1824.....	75
3.1.2. A Constituição de 1891.....	82
3.1.3. Constituição de 1934.....	89
3.1.4. A Constituição de 1937.....	101
3.1.5. A Constituição de 1946.....	106
3.1.6. A Constituição de 1967.....	114
3.1.7. A Emenda-Constitucional de 1969.....	126
4. A ordem econômica em face da Constituição Federal de 1988: os principios gerais da atividade econômica.....	127
4.1. A soberania nacional.....	129
4.2. A propriedade privada e sua função social.....	141
4.3. A livre concorrência.....	157
4.4. A defesa do consumidor.....	159

4.5. A defesa do meio ambiente	160
4.5.1. A concepção jurídica de meio ambiente em face da legalidade constitucional: o art. 225 de nossa Constituição Federal estabelecendo as quatro concepções fundamentais no âmbito do direito ambiental brasileiro e a visão do Supremo Tribunal Federal (ADI 4.066)	162
4.5.1.1. Meio ambiente natural	166
4.5.1.2. Meio ambiente artificial.....	167
4.5.1.3 Meio ambiente cultural.....	167
4.5.1.4. Meio Ambiente do trabalho e a saúde ambiental	169
4.5.1.5. Patrimonio genético.	172
4.5.2. A defesa do meio ambiente como princípio da ordem economica em face do princípio do Desenvolvimento Sustentável.....	173
4.5.3. A defesa do meio ambiente como princípio da ordem economica em face do princípio da Prevenção.....	191
4.5.4. A defesa do meio ambiente como princípio da ordem economica em face do princípio do Poluidor Pagador	201
4.7. A busca do pleno emprego.....	224
4.8. O tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.....	231
4.9. O livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.....	235
4.9.1. A Declaração de Direitos de Liberdade Econômica estabelecida no plano infraconstitucional: os “princípios” que norteiam a lei 13874/19 em face dos princípios constitucionais do direito ambiental.....	244

4.9.2. A imprestabilidade da lei 13874/19 na aplicação do direito empresarial ambiental bem como no que se refere à ordenação pública vinculada à proteção ambiental.....	246
4.9.2.1. O direito empresarial ambiental e as atividades econômicas organizadas de produção e circulação de bens e serviços para o mercado: estrutura constitucional.....	246
4.9.3. Direitos infraconstitucionais de toda pessoa, natural ou jurídica, essenciais para o desenvolvimento e o crescimento econômicos do País em face dos deveres constitucionais ambientais de toda pessoa, natural ou jurídica, para o crescimento e desenvolvimento sustentável do Brasil	254
4.9.4. Propostas de edição e de alteração de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos em face da ordem econômica constitucional e a realização de análise de impacto regulatório: a razoabilidade do impacto econômico condicionada ao direito ambiental constitucional	255

Capítulo III – As empresas transnacionais em face da tutela jurídica das atividades econômicas no âmbito de nossa Constituição Federal	259
1. Empresas transnacionais.....	259
2. As empresas transnacionais e seu enquadramento jurídico em face do direito constitucional brasileiro	270
Bibliografia.....	277